

Desonerações ameaçam direitos sociais

Publicado em 23/10/2013 08h10

Grito dos Excluídos

O governo está eliminando a atual contribuição previdenciária sobre a folha de pagamento e adotando uma nova contribuição sobre a receita bruta das empresas. Essa mudança já beneficia mais de 42 setores da economia. Estudos já projetam que as desonerações da folha de pagamento devem produzir um impacto na receita da Previdência Social de aproximadamente R\$ 16 bilhões em 2013 e mais de 19 bilhões em 2014.

O Movimento Social vê com preocupação estas medidas. É um caminho cheio de armadilhas fiscais que, em nome da melhoria da competitividade externa das indústrias e da garantia de manter o mercado aquecido com as vendas, ameaça justamente os recursos destinados às políticas sociais. O verdadeiro festival de desonerações previdenciárias e tributárias que temos assistido batem de cheio no orçamento do Sistema de Seguridade Social – Previdência Social, Saúde, Assistência Social e Seguro Desemprego. São os recursos para a garantia dos direitos sociais que estarão comprometidos caso não haja o a elevação da produção e do emprego.

O que você pode perder?

Justamente o dinheiro destinado para o Seguro Desemprego, o Salário educação, os serviços de atenção básica de saúde do SUS, a qualidade dos serviços prestados pela rede hospitalar, pública, privada e filantrópica, o Fundo de Amparo ao Trabalhador etc... São os Direitos Sociais garantidos na Constituição Federal de 1988 que estão sendo ameaçados.

Na verdade, é uma nova Reforma Tributária sem justiça social que vem sendo implementada a conta gotas, sem que ninguém perceba que mais uma vez será o povo a pagar a conta mais alta. Incentivos fiscais aos empresários com os recursos destinados aos direitos dos trabalhadores.

É preciso ser dito a este governo, que um país rico é aquele onde a política social está estruturada com bases na redistribuição de renda e na melhoria da igualdade social. E o Sistema de Seguridade Social ainda é, sem dúvida nenhuma, a estrutura política social que mais distribui renda no país.

Por isso, convidamos a sociedade civil e os movimentos sociais para que se unam na luta em defesa dos direitos sócias. E apelamos aos poderes Executivo e Legislativo que se comprometam com a manutenção das fontes de financiamento exclusivas da Seguridade Social (Previdência, Saúde e Assistência Social; com o atendimento necessário e suficiente dos direitos sociais básicos como saúde, educação básica, seguro desemprego já garantidos na Constituição (artigos 194 e 195) e; com uma progressividade na Tributação priorizando a distribuição de renda.

Os impostos devem recair sobre a renda mais elevada sem jamais colocar em risco os direitos sociais no nosso povo.

Veja pelo link abaixo o documento “Um direito social, universal e garantido pelo Estado na Constituição Federal”

[Download do arquivo Que a saúde se difunda sobre a Terra](#)